



EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 26.000.00656.2025

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 013/2025

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/05/2026, às
09h:30min (início da sessão de disputa de
preços). Referência de tempo: Horário de
Brasília – DF.

LOCAL DE ABERTURA: Ambiente eletrônico
através do sítio na internet www.gov.br/compras.

ACESSO AO EDITAL: No sítio
www.gov.br/compras e
<https://centraldecompras.pb.gov.br/>.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO

A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL DA PARAÍBA, por meio do setor de Licitações torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Estadual nº 46.187, de 2025 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação trata-se de prestar os serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULAR E SERVIÇO DE REBOQUE e deverá ser fornecido conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, atendendo a tudo que estive disposto no Termo de Referência.

1.2. A licitação será em lote, formados por dois itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. Ao considerar os valores dos itens que compõem o lote, é importante que esses valores estejam dentro do estimado para cada item, independentemente do valor total do lote.

2.DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. O credenciamento é a condição obrigatória para a formulação de ofertas e lances, negociação de preços, manifestação de intenção de interpor recursos e todos os demais atos inerentes ao certame.

2.1.3. No dia, local de abertura e horário designados para realização deste certame, antes do início da sessão, a empresa interessada ou seu representante legal já deverá ter procedido ao respectivo credenciamento.

2.1.4. Para acesso ao sistema eletrônico, no sítio www.gov.br/compras, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis).

2.1.5. Para participação de pessoas físicas no presente certame, deverão ser observadas as disposições constantes da Instrução Normativa SEAD Nº002/2023.

2.1.6. No caso de dúvidas ou problemas técnicos em relação ao Sistema Compras.gov.br, pode ser obtido suporte junto à Central de Atendimento do sistema pelo telefone 0800-978- 9001 ou pelo sítio eletrônico portaldeservicos.economia.gov.br.

2.1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados acima e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.1.7.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação do licitante.

2.2. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, observadas as seguintes normas, as quais encontram previsão legal no Art. 15 da Lei nº 14.133/2021:

2.2.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

2.2.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

2.2.3. Admissão, para efeito de habilitação

técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

2.2.4. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

2.2.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

2.2.6. Fica estabelecido para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

2.2.7. O acréscimo previsto no subitem 2.2.6. não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

2.2.8. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do artigo 15, Lei 14.133/2021.

2.2.9. Inexiste limite máximo para o número de empresas consorciadas.

2.2.10. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

2.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de

2006, quando for o caso.

2.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, especialmente a inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFILPB, conforme a Lei nº 9.697/2012;

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, especialmente os sócios da licitante, nos

termos do art. 1º, inc. III, da Lei Estadual nº 8.124/2006 (alt. pela Lei nº 10.272/2014);

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.5.11. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens

2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.8. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.10. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública..

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.1.1. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5.3. Deverão acompanhar a proposta os seguintes documentos e/ou declarações:

3.5.3.1 Declaração negativa de relação familiar ou de parentesco, conforme modelo anexo a este edital.

3.5.3.2. Declaração que se enquadra como ME ou EPP, quando for o caso.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo

quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor UNITÁRIO e TOTAL do lote, com apenas 02 (duas) casas decimais;

4.1.1.1. Caso o licitante informe preços com número de casas decimais superior a 02 (dois) dígitos, ao Pregoeiro dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item 4.1.1, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo, tanto para preços unitários quanto para preços totais;

4.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2.1. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estabelecido no Termo de Referência.

4.2.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis,

a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em

4.8. quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações;

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o valor consequente após a aplicação do desconto ofertado, deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.12. Além das informações exigidas no item 4.1 e subitens, a proposta de preços final do licitante mais bem classificado deverá atender aos seguintes requisitos:

4.11.1 Ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

4.11.2. Conter as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;

4.11.3. Apresentar detalhamento das especificações do material a ser fornecido, inclusive indicando marca, modelo, fabricante, procedência, prazo de entrega, prazo de garantia, e demais exigências do Termo de Referência;

4.11.4. Conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, e cargo na empresa, RG e CPF;

4.11.5. Conter indicação do banco, número da agência e conta do licitante, para fins de pagamento, devendo ser considerado o Decreto Estadual nº 43.250, de 2022

4.11.6. Conter declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

4.11.7. Se a Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), for OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, declarar a opção e apresentar a comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido;

4.11.8. Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.11.9. Conter a informação da alíquota de ICMS;

4.11.9.1. No caso de empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e

os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota

4.11.9.2. No caso de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;

4.11.9.3. A proposta de preço da empresa cuja operação ou prestação esteja alcançada pelo Decreto Estadual nº 37.237, de 2017, que concede isenção de ICMS nas operações ou prestações internas destinadas a órgãos do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias, atenderá às seguintes condições:

4.11.9.4. Deverá ser apresentada computando o valor do ICMS;

4.11.9.5. Deverá apresentar planilha anexa, demonstrando o valor do preço líquido, mediante a informação do valor da proposta e a dedução do valor correspondente à isenção do ICMS;

4.11.9.6. Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;

4.11.9.7. A isenção de que trata o Decreto Estadual nº 37.237/2017 não alcança as microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES NACIONAL, nos

termos do § 4º do Art. 1º do referido decreto, alterado pelo Decreto nº 37.444/2017.

4.11.9.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

5.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E

FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local de abertura indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.2.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.3.1. Durante a fase de lances, os licitantes não podem enviar mensagens nem se comunicar de qualquer outra forma com o pregoeiro.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR DO LOTE.

5.5.1. Após o envio do lance, o sistema do 'compras.gov.br' computará o valor TOTAL DO LOTE, para fins de classificação;

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "ABERTO E FECHADO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta com o maior percentual de desconto e os das ofertas até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.10.6. Não serão aceitos dois ou mais lances com o mesmo percentual de desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.10.7. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.10.8. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.10.9. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.11 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.12. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade

empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.12.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.12.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.12.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.12.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.13.1. Havendo eventual empate entre propostas

ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.13.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.13.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

5.13.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.13.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.13.1.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.13.1.6. Empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;

5.13.1.7. Empresas brasileiras;

5.13.1.8. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.13.1.9. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.14.1 Não será admitida a previsão de desconto diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.14.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.14.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.14.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.14.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.14.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por prerrogativa da Administração, como também, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, através de chat ou via e-mail, preferencialmente antes de findo o prazo.

5.14.7. A "Convocação do anexo" será aberta para o lote contemplado pelo licitante

5.15. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n 14.133/2021, legislação correlata e nos itens deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF ;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
- CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas
– CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça

(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo tribunal de Contas da União TCU

(https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546::::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO)

6.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB
(<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf>).

6.1.7. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 6.1.2.; 6.1.4. e

6.1.5. acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>)

6.1. A consulta aos cadastros será realizada em

nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata a Lei nº 14.230/2021.

6.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital, quando for o caso.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

6.6. As propostas e demais documentos encaminhados pelos licitantes, quando convocados para tanto, serão juntados aos autos do processo.

6.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou

convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

6.7.1. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. Contiver vícios insanáveis;

6.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. Apresentar descontos inexequíveis para o valor estimado da contratação;

6.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores acima de 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.10. 1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.10.1.1. Que o custo do licitante ultrapasse o percentual de desconto da proposta; e

6.10.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.11.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.11.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.5. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.6. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Entendendo necessário para orientar sua decisão, o Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, bem como de pessoas físicas ou jurídicas que comprovadamente possuam conhecimentos técnicos relativos ao objeto da licitação, a fim de subsidiar sua decisão, em qualquer fase do certame.

7.DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

7.1. Habilitação Jurídica:

7.1.1.No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.4.Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.1.5.No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de

prova da indicação dos seus administradores;

7.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

7.1.8. O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

7.1.9. A empresa vencedora do certame, deverá enviar a Declaração Negativa de Grau de Parentesco e Inexistência de Vínculo, conforme modelo constante no Anexo I deste Termo de Referência.

7.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do

fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.2.7. Prova de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

7.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3. Qualificação Econômico/Financeira:

7.3.1. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;

7.3.1.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do § 1º, art. 65 da Lei 14.133/21.

7.3.1.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

7.3.2. Poderá a critério de conveniência e oportunidade da Autoridade Competente, ser dispensado o item 3.1, com fundamento no Inciso III, art. 70 da Lei 14.133/2021;

7.4. Qualificação Técnica:

7.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

7.5.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

7.5.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos, a ser determinado pelo Pregoeiro.

8.3.2.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, a ser determinado pelo Pregoeiro;

8.3.2.2. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://centraldecompras.pb.gov.br/> e <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>.

8.11. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

9.1. DO PREÇO

9.1.1. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação (IPCA) ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.2. DO PAGAMENTO

Prazo de Pagamento

9.2.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

9.2.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do

recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

9.2.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.2.4.1. O prazo de validade;
- 9.2.4.2. A data da emissão;
- 9.2.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.2.4.4. O período de prestação dos serviços;
- 9.2.4.5. O valor a pagar; e
- 9.2.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.3. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação

exigidas no edital.

9.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.3.2. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade e proibição de contratar com o Poder Público.

9.3.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.3.4. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.3.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Forma de Pagamento

9.4. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.

9.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

9.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.7. Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

9.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10. DA GESTÃO DE CONTRATO

Gestor do Contrato

10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).

10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal(is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).

10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).

10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (is) do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).

10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X).

10.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).

10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. SANÇÕES

11.1 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.2. Em conformidade com o disposto no Decreto Estadual nº 38.308 de 21 de maio de 2018, do Governo do Estado da Paraíba, que regulamenta o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade das empresas participantes de Licitação e/ou contratadas, resultantes de descumprimento parcial ou total de regras estabelecidas em Edital

ou em contrato formalizado no âmbito da SESDS/PB; além do contido no exposto Título IV – Das Irregularidades, cap. I – Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Antes da aplicação de qualquer sanção será garantido ao licitante o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

11.4. Sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, a CONTRATADA que incorrer em inexecução parcial ou total do

contrato, bem como deixar de observar outras obrigações contidas neste instrumento, poderá se sujeitar às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória e/ou compensatória;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SESDS, por prazo de até 2 (dois) anos.

11.5. No caso de atraso injustificado na execução do contrato, poderá ser aplicada multa moratória de 2% (dois) ao mês, pro rata die, inclusive quanto à mora no repasse do pagamento às oficinas credenciadas ou na devolução dos componentes substituídos à CONTRATANTE, no prazo estipulado no Termo de Referência, dentre outros.

11.6. Em caso de a mora referir-se a serviço específico, a base de cálculo da multa será o preço do referido serviço, acrescido do preço dos eventuais componentes. Por outro lado, em se tratando de mora generalizada, a base de cálculo será o valor estimativo do contrato.

11.7. Caso as oficinas credenciadas ofertem serviço ou componente por preço manifestamente superior ao praticado no mercado, devidamente comprovado pela CONTRATANTE por pesquisa

simples de três preços, caberá à CONTRATADA descredenciá-la, imediatamente, credenciando nova oficina, sob pena de incorrer em inexecução parcial do contrato, a ensejar aplicação de multa e juros moratórios, enquanto não adotada a medida saneadora.

11.8. A aplicação das penalidades, pela CONTRATANTE, observará a Lei nº 14.133 de 2021, bem como as hipóteses e o procedimento administrativo previstos no Regulamento de Licitações e Contratos da SESDS, em especial o contraditório e a ampla defesa.

11.9. Na aplicação das sanções, a autoridade competente considerará a gravidade da conduta, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Empresa, observada a proporcionalidade.

11.20. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE poderão ser deduzidos dos valores porventura ainda não pagos, bem como deduzidos da garantia, sem prejuízo de processo de cobrança judicial, se for o caso.

11.21. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente, ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.22. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à CONTRATANTE, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

11.23. A aplicação da sanção de advertência importa na comunicação da advertência à

contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao CAFIL/PB, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não.

11.24. A reincidência da sanção de advertência poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

11.25. A multa poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

11.25.1. Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a 1% (um por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

11.25.2. Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, e suas alterações, conforme previsto no Edital poderá ser aplicado multa correspondente a 1% (um por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

11.25.3. Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicado multa de 2% (dois por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

11.25.4. No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o Edital deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa de 1% (um por cento) do valor total do Contrato;

11.25.5. Nos demais casos de atraso de entrega dos bens,

conforme Cronograma de Entrega, incidência de multa de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

11.25.6. No caso de inexecução parcial, incidência de multa 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela não executada;

11.25.7. No caso de inexecução total, incidência de multa 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada;

11.26. Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa, a CONTRATADA deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa previa;

11.27. Havendo concordância da CONTRATADA quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de apostilamento e comunicação ao CAFIL/PB para fins de registro;

11.28. Não havendo concordância da CONTRATADA, a deliberação final caberá a autoridade competente;

11.29. Não havendo concordância entre as partes, deve ser instaurado o processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim;

11.30. O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação impedimento de contratar com a SESDS, por até 02 (dois) anos.

11.30.1. Poderá ser aplicada a sanção de suspensão, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à

CONTRATANTE, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

11.30.2. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser fixada pelo prazo de até 6 (seis) meses por infração.

11.30.3. Se a sanção de suspensão for aplicada no curso da vigência do contrato, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, rescindi-lo, mediante comunicação escrita previamente enviada a CONTRATADA, ou mantê-lo vigente.

11.30.4. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 02 (dois) anos, a contar do

término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

11.31. Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a SESDS às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

11.31.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.31.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.31.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a SESDS, em virtude de atos ilícitos praticados;

11.31.4. Tenham frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

11.31.5. Ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;

11.31.6. Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

11.31.7. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SESDS, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e Lei Estadual nº 9.697/2012 de 04 de maio de 2012 (CAFIL).

12. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou requerer esclarecimentos acerca deste Edital e seus anexos por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. . A decisão de impugnação ou resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. As respostas serão juntadas aos autos do processo licitatório e divulgadas nos sítios <https://centraldecompras.pb.gov.br/> e www.gov.br/compras, ficando todos os licitantes e quaisquer interessados obrigados a acessar os referidos endereços eletrônicos para obtenção das informações.

12.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: ciac@sesds.pb.gov.br

12.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DO CONTRATO

13.1 Após homologação do resultado e dentro do respectivo prazo de validade, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou retirada do instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação, desde que obedecidas todas as exigências estabelecidas neste Edital.

13.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e

desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura do adjudicatário, mediante meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de (02) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.1.3. Será admitida a assinatura digital, por pessoa física ou jurídica, em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

13.2. O contrato e/ou empenho decorrentes da presente ____ licitação alcançados pelo Decreto Estadual nº 37.237, de 2017 serão efetuados utilizando-se o valor do preço líquido calculado conforme o parágrafo único do art. 3º do referido decreto, demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

13.3. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário

anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, afinalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desdeque seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.8. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no

endereço

eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br/ e

www.comprasnet.gov.br/ e

<https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

14.9. O resultado desta licitação será divulgado nos sítios eletrônicos:
www.centraldecompras.pb.gov.br
www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp .

14.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11. ANEXO I - Termo de Referência.
- 14.12. ANEXO II - Quadro demonstrativo da frota da SESDS/PB
- 14.13. ANEXO III - Média de Consumo e Memória de Cálculo de Peças e Serviços
- 14.14. ANEXO IV - Declaração Negativa de Grau De Parentesco e Inexistência de Vínculo
- 14.15. ANEXO V - Modelo de proposta orçamentária.
- 14.16. ANEXO VI - Minuta de Contrato.

João Pessoa, 13 de abril de 2026
Sidney Arley Cirilo de Amorim
Responsável pela Elaboração do Edital

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

PROCESSO Nº SDS-PRC-2025/00656

ÓRGÃO REQUISITANTE: **SESDS/PB**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O objeto deste Termo de Referência refere-se à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA para, sob demanda, prestar os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULAR E SERVIÇO DE REBOQUE**, contemplando o fornecimento de peças, materiais, equipamentos e toda a mão de obra necessária a execução do serviço contratado, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos.
- 1.2. Os serviços deverão ser realizados para os veículos da sede da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SESDS/PB e suas Unidades Descentralizadas, que são: Corregedoria Geral - COGER, Ouvidoria Geral - OG, Centro Integrado de Comando e Controle de João Pessoa, 1º Distrito Integrado de Segurança Pública de João Pessoa - 1º DISP/JP e POINSP; tudo conforme especificações, condições, exigências e quantidades, estabelecidas neste instrumento licitatório, EM LOTE ÚNICO.
- 1.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos do Art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e nos termos do Art. 28, inciso I, do mesmo dispositivo legal;
- 1.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.1. Segue abaixo a descrição e quantidade dos serviços a serem licitados:

1.1.1. LOTE ÚNICO- JOÃO PESSOA/PB –
(SESDS/COGER/OG/CICC-JP/1 DISP-JP)

Código	Descrição dos Serviços	Unidade	Qtd.
93789	CONTRATAÇÃO de empresa (multimarca) para realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos leves E/OU pesados, incluindo fornecimento de peças e acessórios originais do fabricante do veículo, conforme detalhamento em Termo de referência anexo	un	01
104919	SERVIÇO de reboque de veículos patrimoniais e apreendidos com cobrança por quilômetro rodado.	Und	01

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Em conformidade com o que estabelece a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e da Orientação Normativa Conjunta 001 – PGE/CGE/SEAD de 28 de maio de 2025, e demais normativas legais vigentes, apresento a seguinte justificativa para contratação de empresa especializada em **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULAR E SERVIÇO DE REBOQUE**, para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SESDS/PB.

2.2. A presente contratação visa suprir a necessidade contínua da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba (SESDS/PB) quanto à prestação, sob demanda, dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores, com fornecimento de peças, bem como a execução do serviço de reboque (guincho), ambos voltados à conservação e ao pleno funcionamento da frota composta por viaturas operacionais e veículos administrativos pertencentes a esta Secretaria.

2.3. A frota da SESDS/PB é utilizada no desempenho de atividades essenciais, ininterruptas e estratégicas relacionadas à segurança pública como atendimento de ocorrências, operações de inteligência, transporte de pessoal

e logística institucional. A indisponibilidade de veículos impacta diretamente a continuidade dos serviços públicos prestados à sociedade, podendo comprometer a segurança da população e a atuação célere das forças vinculadas à Secretaria.

2.4. O contrato anteriormente firmado para atendimento dessa demanda encontrava-se sob regime de excepcionalidade, em razão da urgência e da manutenção da continuidade dos serviços essenciais, tendo sua vigência expirado em 27 de dezembro de 2024. A ausência de novo instrumento contratual válido impede a realização regular e planejada das manutenções necessárias, o que pode resultar em falhas mecânicas inesperadas, aumento dos riscos operacionais e gastos não programados com correções emergenciais.

2.5. Nesse cenário, faz-se imprescindível a realização de procedimento licitatório visando à contratação regular de empresa especializada, com capacidade técnica e logística para atender às exigências da Administração Pública, garantindo a prestação eficiente, econômica e segura dos serviços de manutenção veicular e reboque, em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência, continuidade do serviço público e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 11 e 18.

2.6. A contratação sob demanda permitirá o controle mais eficaz da execução contratual, compatibilizando as necessidades operacionais da SESDS/PB com a disponibilidade orçamentária e promovendo economicidade, por meio da remuneração dos serviços efetivamente executados.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, presente neste processo licitatório.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) A contratada deverá adotar práticas que minimizem o impacto ambiental da execução dos serviços, especialmente no que diz respeito à destinação adequada de resíduos sólidos, óleos lubrificantes, pneus, filtros, peças substituídas e demais materiais utilizados na manutenção veicular, conforme legislação ambiental vigente;
- b) A empresa contratada deverá garantir o descarte ambientalmente adequado de substâncias químicas, como fluídos de freio, líquidos de arrefecimento, óleos e graxas, seguindo normas técnicas e legislação ambiental;
- c) Os serviços de manutenção deverão observar os princípios da eficiência energética, evitando desperdícios de recursos naturais e promovendo práticas que reduzam o consumo de combustíveis e emissões de gases poluentes;
- d) A contratada deverá apresentar, quando solicitado, comprovantes de regularidade ambiental e de cumprimento das normas técnicas relativas ao controle de poluição e gerenciamento de resíduos sólidos perigosos;
- e) Incentivar práticas laborais sustentáveis, como capacitação dos trabalhadores em temas relacionados à segurança do trabalho, meio ambiente e uso consciente de recursos naturais;
- f) Deverá ser evitado o uso de embalagens plásticas descartáveis nas dependências da oficina, sempre que for possível adotar alternativas reutilizáveis ou recicláveis.

4.2 As exigências de sustentabilidade acima têm por objetivo atender ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto no art. 5º, e no art. 11, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, e à Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010.

Subcontratação

4.3 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.3.1 É vedada a subcontratação da parcela principal do objeto, consistente na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota da SESDS/PB em suas áreas de atuação prioritária, ou seja, na grande João Pessoa, conforme definido

neste Termo de Referência. Essa vedação decorre da necessidade de padronização, controle técnico e confiabilidade na prestação do serviço, especialmente pela natureza sensível das atividades de segurança pública.

4.3.2 A subcontratação será admitida exclusivamente para as seguintes parcelas:

4.3.2.1 Serviço de reboque (guincho), desde que executado por empresa regularmente cadastrada, observando-se os requisitos legais de segurança, licenciamento e cobertura regional, especialmente para atendimento 24 horas, inclusive em finais de semana e feriados;

4.3.2.2 Execução de serviços de manutenção corretiva fora da grande João Pessoa, quando necessária a intervenção imediata em veículos pertencentes à frota da SESDS/PB que estejam em missão institucional em outras unidades da federação, observada a prévia autorização da Administração Pública ou em caráter emergencial devidamente justificado e formalmente comunicado.

4.3.2.3 Serviços de natureza altamente especializada, cuja execução demande equipamentos, técnicas ou profissionais não disponíveis na estrutura da contratada, devendo tal subcontratação ser justificada tecnicamente, previamente autorizada pela Administração e limitada aos percentuais contratuais permitidos.

4.4 O Edital e o contrato oferecerão maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

Garantia da contratação

4.5 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.6 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.7 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.8 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.9 Não será exigido vistoria da frota, por impossibilidade logística, bastando o

conhecimento da relação de veículos disposto no ANEXO I.

Documentação exigida para habilitação técnica

4.10 Habilitação Jurídica:

- 4.10.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 4.10.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 4.10.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.10.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 4.10.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 4.10.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 4.10.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 4.10.8 O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- 4.10.9 A empresa vencedora do certame, deverá enviar a Declaração Negativa de Grau de Parentesco e Inexistência de Vínculo, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Termo de Referência.

4.11 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- 4.11.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
 - 4.11.1.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante

apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.11.1.2 Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.11.1.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.11.1.4 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.11.1.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.11.1.6 Prova de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

4.11.1.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

4.12 Qualificação Econômico/Financeira:

4.12.1 Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;

4.12.1.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do § 1º, art. 65 da Lei 14.133/21.

4.12.1.2 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

4.12.1.3 Poderá a critério de conveniência e oportunidade da Autoridade Competente, ser dispensado o item 3.1, com fundamento no Inciso III, art. 70 da Lei 14.133/2021;

4.13 Qualificação Técnica:

4.13.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente em no mínimo 50% do valor total da contratação ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.13.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

4.13.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

4.13.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução dos serviços

5.1. Os serviços de manutenção objeto desta licitação deverão ser executados preventiva e corretivamente, nas seguintes condições:

5.1.1. A manutenção preventiva e corretiva em veículos leves e pesados, inclui o fornecimento de peças e acessórios originais do fabricante do veículo, e objetiva atender ao acervo atual da SESDS/PB, veículos oficiais, caracterizados ou não, que compõem o patrimônio do Estado e outros que assim forem adquiridos durante a vigência contratual;

5.1.2. A manutenção preventiva refere-se à execução de serviços

obrigatórios de revisões estimadas nos manuais dos veículos, precavendo-se de eventuais quebras e defeitos nos veículos, mantendo-os em perfeito estado de uso, incluindo-se as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao bom funcionamento do veículo;

5.1.3. A manutenção corretiva destina a trazer novamente o veículo ao perfeito estado de uso, mediante a substituição autorizada de peças que se apresentarem danificadas, gastas ou defeituosas e/ou execução de regulagens, ajustes mecânicos, elétricos e o que mais seja necessário ao restabelecimento das condições do veículo;

5.1.4. O serviço de manutenção preventiva/corretiva compreenderá:

a) **Mecânica Geral:** consiste em serviços de mecânica em motor, caixa de câmbio, carburação e/ou bomba injetora, injeção, velas e outros serviços;

b) **Lanternagem:** consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria;

c) **Pintura / Estufa:** consiste em serviços de pintura/adessivagem automotiva externa ou interna, com polimento, e/ou faixa de identificação do veículo, com secagem rápida;

d) **Capotaria:** consiste em serviços de substituições ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas, tapetes e afins;

e) **Sistema Elétrico:** consiste no serviço de substituição de partes elétricas do veículo (faróis, condutores, comandos, setas, vidro elétricos, limpadores de para-brisas e outros, sinalização de luminosa e sonora de emergência – sirene) incluindo os acessórios de sinalização policial sonora e luminosa (giroflex, estrobo), carregar bateria e outros;

f) **Sistema hidráulico/pneumático:** consiste em serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção, bombas de combate a incêndio e outros);

g) **Alinhamento, balanceamento e cambagem:** consiste em serviços de regulagem do sistema de rodagem do veículo;

h) **Suspensão/Pneus:** consiste nos serviços de substituição e/ou consertos de

amortecedores, estabilizadores, terminais, borrachas, calços, balanças, conserto e montagem de pneus e outros serviços;

i) **Serviço de borracharia:** troca e reparo de pneus;

j) **Instalação de acessórios:** consiste nos serviços de instalação de qualquer acessório indispensável ao funcionamento ou segurança dos veículos (extintor de incêndio, óleo lubrificante, baterias, aditivos);

j.1) **Extintor de incêndio engloba-se a recarga e/ou troca dos extintores:** que estejam vencidos, sem carga ou pressão adequada;

k) **Vidraçaria:** consistem nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, borrachas dos vidros e polimento dos para-brisas;

l) **Ar-condicionado:** consistem nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo (compressores, tubulações, gás, filtro de ar, entre outros);

m) **Conservação:** consistem nos serviços de lavagem, polimento e lubrificação dos veículos, visando manter a higiene e bom estado de conservação, dos veículos que forem entregues a contratada para manutenção;

n) **Aplicação e/ou remoção de película não refletiva:** em áreas envidraçadas de veículos, e de adesivos do uso em veículos caracterizados no padrão estabelecido;

o) **Serviços de revisões periódicas:** de acordo com o plano de manutenção preventiva recomendado pelo fabricante de cada marca/modelo, inclusive as obrigatórias de garantia;

p) **Revisão do sistema de transmissão:** lubrificação de diferencial, caixa de câmbio, folgas e balanceamento de eixo cardã, se houver, juntas homocinéticas, trizetas e suas respectivas coifas, pontas de eixo e outros;

q) **Revisão do sistema de direção:** aperto dos parafusos, regulagem e conferência de terminais, lubrificação (graxa e óleo), barra de direção, bomba de direção, folgas, correia da bomba, caixa de direção, alinhamento, balanceamento, geometria, cambagem das rodas e outros;

r) **Revisão do sistema de freio:** regulagem de freio, verificação do desgaste das pastilhas, lonas, do disco, tambores, nível do fluido de freio e substituição se necessário, verificação de servo-freio, cuícas de freio, cilindro mestre e auxiliares, freio de estacionamento (cabos, pedais, alavancas), válvulas (pneumáticas) e outros;

s) **Revisão do sistema de arrefecimento:** exame de radiador, verificação do

nível da água e mangueiras e outros;

t) **Revisão de motor:** verificação das correias, óleo, filtro de óleo e de combustível, juntas e demais componentes, substituindo as peças necessárias, e outros;

u) **Revisão do sistema de suspensão:** molas, amortecedores, batentes, coifas, bandejas superiores e inferiores, buchas, pivôs, barra estabilizadora, rolamentos internos e externos e outros;

v) **Revisão do sistema de exaustão de gases do motor:** escapamento intermediário e final, catalisador, coletor de escape e suas respectivas juntas;

w) **Aplicação e/ou remoção de película não refletiva:** em áreas envidraçadas de veículos, e de adesivos do uso em veículo caracterizado no padrão da SESDS;

x) **Serviço de plotagem:** retirada e colocação de adesivos de identificações visuais das viaturas ostensivas;

y) **Outros serviços** em veículos que sejam executados por oficina mecânica em geral.

Periodicidade

5.2. Na manutenção preventiva deve observar a recomendação do fabricante de cada veículo e suas características para definir a periodicidade de sua execução; Devendo ser executado sempre que houver necessidade, seja na troca de óleo, calibragem, peças e etc., observado o prazo de garantia e de validade de cada peça.

5.3. Na manutenção corretiva sempre que o veículo apresentar necessidade de manutenção deve ser realizada a correção, não havendo previsão de tempo estimado.

Recursos Necessários

5.4. Na manutenção preventiva o prestador do serviço deve arcar com todos os custos necessários para realização dos serviços, e dispor de todo o equipamento necessário para alcançar a eficiência, tais como elevadores, macacos, instrumentos eletrônicos de varreduras em computadores, equipamentos para armazenar os óleos etc.

5.5. Na manutenção corretiva o prestador do serviço deve arcar com todos os custos necessários para realização dos serviços, equipamentos, peças e insumos, para diagnostico, orçamentos

e execução; em qualquer necessidade do serviço.

5.6. Os serviços, objeto dessa contratação, deverão ser executados por profissional com habilitação técnica, devidamente comprovada, em suas respectivas áreas;

5.7. No orçamento de serviços executados o contratante deverá utilizar as tabelas das montadoras originais do fabricante, sendo permitido a utilização do software Audatex, Cília ou outro software similar de mesma confiabilidade, desde que aprovado pela fiscalização;

5.7.1. Sempre que solicitada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá fornecer tabela de preços das peças utilizadas ou substituídas. Esta tabela será aquela de preços sugeridos pelo software utilizado no item 5.7, que servirá de base para verificação do preço da peça e aplicação do desconto sobre estas, sendo que, na não apresentação da tabela ou na ausência de cotação das peças pelo software, prevalecerão, os preços praticados no mês anterior ou os praticados no mercado local ou os preços cadastrados no SIREP - Sistema de Preços do Governo Federal, devendo a Contratada apresentar 3 (três) orçamentos daquelas peças que não conste em tabela e fazer a cobrança do valor mais baixo que delas resultar. Entretanto, neste caso, não incidirá o desconto oferecido;

5.7.2. As peças e suas quantidades, bem como o número de horas e serviços a serem executados, deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção do veículo, conforme ordem de serviço expedida pelo gestor/fiscal do contrato, devendo a contratada se abster de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto;

5.7.3. Todas as peças e acessórios aplicados nos veículos deverão ser originais do fabricante, genuínas ou de primeira linha, e sem uso prévio.

Do processo na execução dos serviços

- 5.8. A contratante somente se responsabilizará pela execução de serviços que cumprirem todos os atos processuais descrito neste termo de referência, não havendo serviço que não seja devidamente autorizado pelo gestor/fiscal do contrato.
- 5.9. Diagnosticada a necessidade de manutenção o responsável pelo veículo deve oficializar a demanda através de documento hábil, para que o fiscal e o gestor tomem as devidas providências para execução dos serviços.
- 5.10. O veículo deve ser apresentado na oficina contratada, onde será realizado um termo de recebimento pelo responsável da oficina, atestando o estado em que o veículo se encontra.
- 5.11. Após o recebimento do veículo em suas dependências, juntamente com a solicitação do orçamento, emitida pelo setor competente, a contratada deverá realizar inspeção e apresentar orçamento no prazo de até 5 (cinco) dias úteis;
- 5.12. A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a contratada a executar ou fornecer o que for aprovado no todo ou em parte;
- 5.13. A contratada deve entrar em contato com o gestor do contrato, designado pela SESDS/PB, para comunicar toda e qualquer alteração da prestação do serviço do objeto de contratação que acarrete eventuais mudanças no orçamento previsto;
- 5.14. Durante a estadia do veículo em posse da contratada, a contratada se responsabilizará pela guarda, conservação e segurança do veículo, não permitindo a utilização inadequada, o que provoca a rescisão contratual, tal como:
- a) não permitir que seus funcionários ou terceiros usem os veículos para interesses pessoais;
 - b) não permitir que seus funcionários ou terceiros tirem fotos ou gravem vídeos dos veículos, inclusive divulgando em redes sociais;
 - c) não permitir também que seus funcionários ou terceiros tenham acesso a comunicação de rádio exclusiva da SESDS/PB;

d) não permitir que seus funcionários ou terceiros trafeguem veículos oficiais nas ruas, sem que haja fundamentado motivo.

5.15. A manutenção deve ser executada depois de efetuado registro da avaliação do estado de conservação do veículo, obedecendo, previamente, as seguintes rotinas:

- a) Emissão e envio, ao Gestor/Fiscal do Contrato, do orçamento detalhado, discriminando a quantidade e o preço dos serviços e materiais, no prazo de **5(cinco) dias úteis** da entrada no veículo nas instalações da contratada, para análise e aprovação da fiscalização;
- b) Aprovação do orçamento pelo Gestor/Fiscal do Contrato;

5.16. Após a execução do serviço, o veículo deverá ser entregue no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, limpo internamente e externamente;

5.17. A contratada deve identificar e tomar as devidas providências para devolver o veículo ao servidor responsável designado;

Tempo para execução dos Serviços

5.18. Tanto na manutenção corretiva quanto na preventiva os prazos de execução serão:

- a) Até 10 (dez) dias úteis para os casos de serviços complexos como retífica de motor, funilaria e pintura, hidráulico, serviços que envolvam peças de fábrica etc.
- b) Até 05 (cinco) dias úteis para os demais serviços não considerados complexos, contados a partir da autorização para realização do serviço e substituição de peças, mediante aprovação total ou parcial do orçamento apresentado;
- c) Até 48 horas para serviços de manutenção preventiva em geral, tais como troca de óleos e filtros, troca de pequenas peças e serviços em pneus.

5.19. Caso o contratado necessite de mais prazo, deve fundamentar a necessidade, e solicitar oficialmente e está justificativa será analisada pelo gestor/fiscal do contrato, concluindo pelo deferimento ou indeferimento, no caso de indeferimento, o prestador estará sujeito a sanções;

Prazo de garantias de peças e serviços

5.20. A contratada deve prestar garantia na execução do objeto, conforme a legislação em vigor e se responsabilizar por todos os custos necessários por serviços mal feitos e peças com vícios redibitórios, conforme descrito abaixo.

5.20.1. Os serviços executados, e o fornecimento de peças e acessórios originais e/ou genuínas, deverão ter garantia mínima de **90 (noventa) dias** a contar da data do recebimento definitivo do material ou serviço, com exceção das peças que tenham garantia diferente, aplicando-se a regra geral do código civil;

5.21. A contratada deve manter em arquivo todos os serviços executados nos veículos, de forma individual, a fim de gerar dados de despesa para análise da gestão.

5.22. As peças substituídas, mesmo que inaproveitáveis, deverão ser devolvidas à unidade solicitante do serviço juntamente com a embalagem da peça aplicada;

5.23. Os serviços serão executados com estrita observância dos prazos e dos valores constantes da Tabela de Tempo Padrão de Reparos do fabricante, para os serviços de mão-de-obra, assim como da Tabela Oficial de Preços de Peças e Acessórios Novos e Originais, para peças e demais materiais;

5.24. O valor a ser contratado inclui o fornecimento de peças, partes de peças, componentes, acessórios e outros materiais;

5.25. Fornecer somente peças, materiais e acessórios originais ou de primeira linha com selo do INMETRO, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, do mercado paralelo ou de outra procedência, sem expressa e prévia autorização do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo, inclusive, cumprir com os prazos de garantia previstos neste certame.

5.26. Para fins desta contratação, as peças serão consideradas:

- a) **Originais:** peças da mesma marca das utilizadas pela fabricante/montadora do veículo e com as mesmas especificações mecânicas (materiais e processos);

b) **Peças genuínas:** aquelas peças fabricadas exclusivamente para uso na montagem dos veículos ou para a revenda nas concessionárias da marca;

5.27. No caso de comprovada a necessidade de aquisição de peça ou acessório original (material com as mesmas características, especificações e fabricante do que compõe a montagem original da viatura) que não seja contemplada com código da montadora (número de peça) na tabela de Preços Oficial da respectiva montadora, a cotação do menor preço será autorizada pelo Gestor/Fiscal do Contrato;

5.28. A base do cálculo do preço praticado para a prestação dos serviços deverá ser de acordo com o tempo para a execução do serviço constante da Tabela de Tempos Padrão de Reparos adotada pela montadora de acordo com o modelo do veículo (código, descrição e tempo padrão de execução do serviço);

5.29. Excepcionalmente, nos casos em que a remoção do veículo do local onde apresente defeitos até a oficina seja financeiramente inviável, a contratada poderá ser provocada pela SESDS/PB para enviar uma equipe ou um funcionário, que efetue o reparo no local onde se encontra o veículo, com prévia autorização do Gestor/Fiscal do Contrato;

Local e horário da prestação dos serviços

5.30. Os serviços serão prestados em oficina especializada, na cidade de João Pessoa-PB e/ou região metropolitana. A contratada deve informar, em sua proposta de preços, o local onde será executado o serviço. Com exceção dos serviços subcontratados que poderão ser realizados em todo território nacional,

5.31. Os serviços serão prestados durante o horário comercial.

5.32. Para um melhor acompanhamento dos serviços pela Administração, a empresa CONTRATADA ou sua filial deverá estar localizada na grande João Pessoa (João Pessoa, Santa Rita, Bayeux ou Cabedelo).

Rotinas a serem cumpridas

5.33. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

a) Período de revisão, manutenção preventiva: Sempre deve ser seguido as

recomendações dos fabricantes para revisão, a contratada deve disponibilizar atendimento diferenciado para a manutenção preventiva;

b) Período de revisão, manutenção corretiva: Sempre que executado um serviço corretivo, em trinta dias deve ser realizada a revisão do serviço para avaliar a solução aplicada, a contratada deve atender aos prazos estipulados neste termo de referência;

c) A manutenção preventiva das motos deve seguir o cronograma de acordo com a quilometragem rodada de cada veículo (10.000 km – DEZ MIL QUILOMETROS), independente do tempo de utilização, de acordo com as especificações a seguir:

d) Troca de bateria: a cada 12 meses;

e) Troca de pastilhas de freio: a cada 20.000 KM percorridos;

f) Kit tração: a cada 40.000 KM percorridos;

g) Troca de óleo e filtro: a cada 10.000 KM percorridos.

h) A manutenção preventiva dos automóveis deve seguir o cronograma de acordo com a quilometragem rodada de cada veículo (10.000 km - DEZ MIL QUILOMETROS, ou outro estabelecido no manual do veículo), independente do tempo de utilização, de acordo com as especificações a seguir:

h.1) Troca de óleo motor, filtro de óleo, filtro de ar, filtro de cabine, filtro de combustível e pastilhas de freio dianteira: a cada 10.000 KM percorridos ou outro estabelecido no manual do veículo;

h.2) Troca de velas e cabos: a cada 20.000 KM percorridos, ou outro estabelecido no manual do veículo;

h.3) Bateria: a cada 24 meses, ou outro estabelecido no manual do veículo.

Das especificações do fornecimento e instalação de baterias

5.34. As requisições de baterias para os veículos patrimoniais da SESDS serão requisitadas inicialmente à Gerência Executiva de Controle de Manutenção de Veículos-GECOV da Secretaria de Estado da Administração-SEAD;

5.35. Em caso de negativa de atendimento, devidamente documentado, caberá a CONTRATADA adquirir e realizar os serviços de substituição de baterias, devendo para tanto o Gestor/Fiscal do Contrato encaminhar a devida autorização acompanhada do documento de negativa do GECOV para fins de registro;

5.36. As baterias deverão ser novas e devem atender as normas da ABNT/NBR, com selo do INMETRO.

Materiais a serem disponibilizados

5.37. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.38. Todas as peças e acessórios aplicados nos veículos deverão ser originais do fabricante ou genuínas, de primeira linha, e sem uso prévio.

5.39. A empresa contratada deverá providenciar, quando houver necessidade de substituições de acessórios, componentes, partes e peças de reposição, orçamento, com os valores à vista das tabelas de preços das fabricantes, que deverão ser apresentados ao Fiscal do Contrato com o desconto contratual disposto na proposta de preços que, por sua vez, autorizará, ou não, a execução do serviço com a possível reposição de peças e acessórios.

5.40. A empresa contratada deverá prestar contas e esclarecimentos sobre as peças e acessórios adquiridos e serviços subcontratados, fornecendo toda e qualquer informação ao Fiscal do Contrato para acompanhamento da execução contratual, tais como:

- a) Apresentar cópia dos documentos fiscais de compra de peças e acessórios adquiridos e efetivamente utilizados nos veículos da frota da Contratante.
- b) Apresentar cópia dos documentos fiscais de serviços subcontratados efetivamente prestados nos veículos da frota da Contratante.
- c) As peças e acessórios fabricados no Brasil ou no estrangeiro para veículos de fabricação nacional ou estrangeira e de venda regular no Brasil, também serão fornecidos com o percentual de desconto ofertado na Proposta de Preço do licitante para cada uma das fabricantes.
- d) No caso de fornecimento de peças e acessórios importados para

veículos fabricados no estrangeiro e de venda não regular no Brasil serão fornecidos pelo preço de tabela, no mercado nacional, dos fabricantes ou revendedores autorizados dos veículos. A empresa Contratada deverá apresentar, junto com o orçamento, a indicação do nome do fornecedor e telefone.

- e) A empresa contratada deverá apresentar ao Fiscal do Contrato as peças e acessórios que foram substituídos devido a reparos, bem como as embalagens das peças e acessórios adquiridos.
- f) Sempre que solicitada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá fornecer tabela de preços das peças utilizadas ou substituídas. Esta tabela será aquela de preços sugeridos pelo fabricante das peças, que servirá de base para verificação do preço da peça e aplicação do desconto sobre estas, sendo que, na não apresentação da tabela ou na ausência de cotação das peças pelo fabricante, prevalecerão, os preços praticados no mês anterior ou os praticados no mercado local ou os preços cadastrados no SIREP – Sistema de Preços do Governo Federal, devendo a Contratada apresentar 3 (três) orçamentos daquelas peças que não conste em tabela e fazer a cobrança do valor mais baixo que delas resultar. Entretanto, neste caso, não incidirá o desconto oferecido.
- g) As peças e suas quantidades, bem como, o número de horas e serviços a serem executados, deverão corresponder efetivamente ao tempo necessário para a realização da respectiva manutenção do veículo, devendo a CONTRATADA se abster de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto.
- h) Após o recebimento do veículo em suas dependências, juntamente com a solicitação do orçamento, emitida pelo setor competente da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá preenchê-lo e apresentá-lo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- i) A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a CONTRATADA a executar ou fornecer o que for aprovado no todo ou em parte.
- j) Poderão ser substituídas todas as peças que compõem o veículo, inclusive os acessórios que o compõem, desde que o orçamento não

ultrapasse a importância de 50% (cinquenta por cento) do valor de mercado do veículo, conforme tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - Tabela FIPE, atualizada.

Das especificações do serviço de reboque

- 5.41. A empresa contratada poderá prestar serviços de reboque ou subcontratar dentro do limite de 40%, por carro tipo guincho quando os veículos da frota da Contratante não puderem trafegar, devido a defeitos mecânicos, elétricos ou quaisquer avarias ou panes ocorridas.
- 5.42. O serviço de assistência de guincho deverá ser prestado em regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas x 07 (sete) dias por semana, em todo território nacional e com seguro total incluso, sem qualquer ônus para a Contratante, devendo ser disponibilizado o(s) número(s) de telefone para chamados diretos fora do horário normal de expediente.
- 5.43. DOS PRAZOS MÁXIMOS PARA ATENDIMENTO DOS CHAMADOS DE REBOQUE SÃO:
- 5.43.1. Até 06 (seis) horas – no âmbito da grande João Pessoa/PB, contadas a partir do recebimento da Ordem de Serviço.
- 5.43.2. Até 12 (doze) horas - contadas a partir do recebimento da Ordem de Serviço, para as demais localidades da Região Metropolitana.
- 5.43.3. Até 24 (vinte e quatro) horas - contadas a partir do recebimento da Ordem de Serviço, para as demais localidades do Território Nacional.
- 5.43.4. Caso haja necessidade de utilização do serviço de guincho ou reboque de veículos fora da grande João Pessoa/PB, será solicitado à Contratada orçamento prévio quanto ao valor do transporte, com a estimativa da quilometragem que será percorrida, para o monitoramento da quantidade estimada para o referido item.
- 5.43.5. Na prestação dos serviços de guincho deverá ser sempre preenchido um “*check list*” completo, logo que chegar ao local e antes de iniciado qualquer atendimento,

informando, neste documento, a descrição completa do automóvel, seus danos aparentes, acessórios e eventuais pertences deixados no seu interior. Este “*check list*” para ter validade deverá ser assinado pelo usuário. Este documento servirá para assegurar a SESDS não terá que arcar com possíveis danos ao veículo em seu transporte.

5.43.6. O serviço de guincho será pago por quilômetro rodado, contados da saída da empresa, até a oficina contratada ou local de guarda provisória do veículo.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.44. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.44.1. O serviço a ser contratado é a manutenção preventiva e corretiva em veículos, com o fornecimento de peças e acessórios, com mão de obra não exclusiva e reboque em veículos da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social;

5.44.2. A relação dos veículos, objeto deste termo de referência, está descrita no **Anexo I** deste termo de referência, podendo sofrer alterações durante a execução do contrato, devido a baixa ou aquisição/recebimento de veículos, bem como a transferência de veículos, devido a decisão de gestão;

5.44.3. Demais informações complementares estão descritas no Anexo II deste termo de referência.

Início da execução contratual

5.45. O prazo para início da execução contratual do objeto será de 07 (sete) dias após a emissão da ordem de serviço;

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.46. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo

correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);
- 6.10. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);
- 6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a

correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);

- 6.12. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV);
- 6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V);
- 6.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII).
- 6.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV).
- 6.17. A fiscalização poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 6.18. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:
- 6.18.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- a. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
 - b. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - c. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados

admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

d. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.18.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf) ou SIREF PB:

a. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

c. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.18.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

a. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

b. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

c. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

d. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

e. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.18.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- a. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - b. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - c. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - d. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.18.5. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.18.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.18.6. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item **e** acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.18.7. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.18.8. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.18.9. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.18.10. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.18.11. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

- 6.18.12. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.18.13. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.18.14. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o(s) fiscal (is) ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 6.18.15. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.18.16. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.18.17. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.18.18. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.18.19. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.18.20. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 6.18.21. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e

previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.18.22. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.18.23. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.18.24. A fiscalização observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa SEAD nº 007, de 16 de novembro de 2023.

6.18.25. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal (is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores

objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X)

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada e dos documentos exigidos neste termo de referência para o pagamento;

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) não produzir os resultados acordados,

b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

a) O valor a ser pago pelo Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva será o resultado da diferença entre o valor total da mão-de-obra e o desconto devido; sendo o primeiro o

resultado do produto do preço da hora técnica (hora trabalhada) pelo tempo descrito em horas, necessário para a execução dos serviços, em conformidade com o sistema AUDATEX, CÍLIA ou similar, prevalecendo o que for mais vantajoso para a Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SESDS/PB; e segundo, o resultado do produto do valor total da mão-de-obra pelo percentual de desconto constante no TERMO DE HOMOLOGAÇÃO;

b) O valor a ser pago pelas peças, componentes, acessórios e materiais para a manutenção dos veículos será o resultado da diferença entre o valor total das peças/acessórios fornecidas e o desconto devido; sendo o primeiro o resultado do somatório dos preços das peças/acessórios utilizados na execução dos serviços, cujos preços deverão ser compatíveis com o sistema AUDATEX, CÍLIA ou similar, cujo resultado do produto será o valor total das peças/acessórios com base no percentual de desconto constante no TERMO DE HOMOLOGAÇÃO;

7.4. Para fins de comprovação do(s) serviço(s) executado(s), a CONTRATADA deverá obrigatoriamente apresentar juntamente com a Nota Fiscal do(s) serviço(s), cópia do orçamento, discriminando de forma clara, padronizada e detalhada, os serviços executados, devendo constar no orçamento: preço da hora técnica (hora trabalhada); tempo necessário para a execução dos serviços; peças, componentes, acessórios e materiais substituídos; e o desconto aplicado; bem como deverá apresentar cópia da tabela de preços pertinente, utilizada na formulação dos preços, e demais documentos exigidos para fins de processamento do pagamento.

7.5. Nos termos do art. 6º do Decreto nº 37.237, de 2017, na emissão da nota fiscal relativa às operações ou prestações alcançadas pelo referido decreto, o valor correspondente à isenção do ICMS deverá ser deduzido do preço da prestação o serviço constante da proposta vencedora, devendo ser demonstrada a referida dedução, expressamente, no

documento fiscal;

7.6. O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao atestado pelo Fiscal do Contrato;

7.7. Os responsáveis pelo recebimento e pagamento verificarão se o documento fiscal foi emitido nos termos do Art. 6º do Decreto nº 37.237, de 2017 (Isenção do ICMS), rejeitando-o quando não atender ao referido normativo;

7.8. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo do objeto e o consequente aceite da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela contratada, pelo servidor competente ou comissão responsável, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas;

7.9. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual;

7.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.11. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento; 14.9. Quando do pagamento, será efetuada a RETENÇÃO TRIBUTÁRIA prevista na legislação aplicável;

7.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições

abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

7.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento;

7.14. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato;

7.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP,$$

sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/100) / 365 \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

7.16. No caso de empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota;

7.17. No caso de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;

7.18. No caso de Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), declarar expressamente na proposta comercial, se for o caso, a opção pelo SIMPLES NACIONAL, apresentando a comprovação que faz jus ao tratamento tributário favorecido;

7.19. A proposta de preço da empresa cuja operação ou prestação esteja alcançada pelo Decreto Estadual nº 37.237, de 2017, que concede isenção de ICMS nas operações ou prestações internas destinadas a órgãos do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias, atenderá as seguintes condições:

- a) Deverá ser apresentada computando o valor do ICMS e ISS;
- b) Deverá apresentar planilha anexa, demonstrando o valor do preço líquido, mediante a informação do valor da proposta e a dedução do valor correspondente à isenção do ICMS;
- c) Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;
- d) A isenção de ICMS de que trata o Decreto Estadual nº 37.237/2017 não alcança as microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES NACIONAL, nos termos do § 4º do Art. 1º do referido decreto, alterado pelo Decreto nº 37.444/2017;

7.20. As propostas de preços enviadas implicarão em plena aceitação, por parte das empresas concorrentes, das condições estabelecidas neste termo de referência;

7.21. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

7.22. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

7.23. A proposta deverá obedecer aos termos deste termo de referência, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra empresa concorrente.

Do recebimento

7.24. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo gestor/fiscal, mediante termos detalhados,

quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133 e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, arts. 24, X, e 25, VII).

7.25. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.26. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, X).

7.27. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, VII).

7.28. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.29.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.29.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam

sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.29.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.29.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.29.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.30. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.31. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de PRAZO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.31.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art.

23, VIII).

- 7.31.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.31.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.31.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.31.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.32. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.33. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.34. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.35. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

7.36. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.37. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.37.1. o prazo de validade;

7.37.2. a data da emissão;

7.37.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.37.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.37.5. o valor a pagar; e

7.37.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

7.37.7. se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB Nº 1.234/2012;

7.37.8. se o fornecedor/contratado for empresa do Estado da Paraíba, Não Optante pelo Simples, os responsáveis pelo recebimento e pagamento verificarão se o documento fiscal foi emitido nos termos do Art. 6º do Decreto nº 37.237, de 2017 (Isenção do ICMS), com a demonstração expressa do valor correspondente à isenção do ICMS deduzido do preço ofertado constante da proposta vencedora da licitação, rejeitando-o quando não atender ao referido normativo.

7.37.9. O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

7.38. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.39. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal,

constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou SIREF PB, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.40. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de Licitatar e Contratar - CAFILPB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.41. Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.42. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.43. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.44. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB.

Prazo de pagamento

7.45. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa,

conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

- 7.46. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.47. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.
- 7.48. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.
- 7.49. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.49.1. Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 7.49.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.49.3. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
- 7.50. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

- 7.51. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.52. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.53. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.54. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.55. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.56. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.57. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.58. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR DEMANDA (mês).

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.5. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.6. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

8.7. Comprovação de aptidão para execução do serviço de complexidade operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.7.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.7.2. Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% valor licitado.

8.7.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.7.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.7.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela

Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.7.6. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.8. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.8.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.8.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.8.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.8.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.8.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.8.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o

objeto da licitação; e

8.8.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação, está definido em ANEXO II deste Termo de referência.

10. ANEXOS

ANEXO I: Quadro demonstrativo da frota da SESDS/PB

ANEXO II: Média de Consumo e Memória de Cálculo de Peças e Serviços

ANEXO III: Declaração Negativa de Grau De Parentesco e Inexistência de Vínculo

ANEXO IV: Modelo de proposta orçamentária.

João Pessoa, data da assinatura digital.

Elaborado por:
NAYARA LOUISE FLORIANO NASCIMENTO
Assessora Técnica – GA/SESDS

De acordo:
TEÓGENES ARAÚJO LIMA
Gerente de Administração – GA/SESDS

Aprovo:
LAMARK VICTOR DONATO
Secretário da Segurança e da Defesa Social

ANEXO I
QUADRO DEMONSTRATIVO DA FROTA DA SESDS/PB

REGIÃO 01 – JOÃO PESSOA/PB					
RELAÇÃO DE VEÍCULOS PATRIMINIAIS DA SESDS – JOÃO PESSOA/PB					
NÚMERO	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL
1	QFY0499	RENAULT	LOGAN	2015	GASOLINA
2	QFY0069	RENAULT	SANDERO	2015	GASOLINA
3	NPT3D42	HONDA	XRE 300	2012	GASOLINA
4	OFE0382	NISSAN	VERSA	2016	GASOLINA
5	OFD7E29	YAMAHA	LANDER	2011	GASOLINA
6	PBW0H98	CHEVROLET	S10	2019	DIESEL
7	JKO8F61	MITSUBISHI	L200 4X4	2013	DIESEL
8	OGF1H23	NISSAN	FRONTIER	2015	DIESEL
9	PAE1A94	CHEVROLET	S10	2014	DIESEL
10	OFE0362	NISSAN	VERSA	2016	GASOLINA
11	REO8D14	MITSUBISHI	L200 4X4	2021	DIESEL
12	OFD7289	YAMAHA	LANDER	2011	GASOLINA
13	QFY0F39	RENAULT	LOGAN	2015	GASOLINA
14	OGD8F54	RENAULT	SANDERO	2013	GASOLINA
15	AZI3123	VOLKSWAGEN	CAMINHAO	2014	DIESEL
16	AZJ4732	VOLKSWAGEN	CAMINHAO	2014	DIESEL
17	QFB3G64	RENAULT	FLUENCE	2013	GASOLINA
18	QFY0399	RENAULT	LOGAN	2015	GASOLINA
19	OFA8578	RENAULT	MASTER	2011	GASOLINA
20	QFU5B62	M. BENZ	SPRINTER	2021	DIESEL
21	OFE0392	NISSAN	VERSA	2016	GASOLINA
22	GBW9395	M. BENZ	SPRINTER	2015	DIESEL
23	MOC4E79	FORD	F 250	2004	DIESEL
24	QFX9849	RENAULT	SANDERO	2015	GASOLINA
25	QFY0520	RENAULT	CLIO	2015	GASOLINA
26	QFO2338	NISSAN	VERSA	2015	GASOLINA
27	JKO8D51	MITSUBISHI	L200	2013	DIESEL
28	RED6G36	FIAT	RENEGADE	2020	GASOLINA
29	PBG5F90	FORD	RANGER	2017	DIESEL
30	QFG6723	HONDA	XRE 300	2017	GASOLINA
31	PAQ9645	RENAULT	FLUENCE	2015	GASOLINA
32	JKK3G18	CHEVROLET	S10	2013	DIESEL

33	QFT9A62	TOYOTA	HILUX	2021	DIESEL
34	PBJ8D10	FORD	RANGER	2018	DIESEL
35	SGP6F82	CHEVROLET	S10	2022	DIESEL
36	REV4F59	CHEVROLET	S10	2022	DIESEL
37	PAQ9643	RENAULT	FLUENCE	2015	GASOLINA
38	PBG5G13	FORD	RANGER	2017	DIESEL
39	OFB3G76	NISSAN	FRONTIER	2012	DIESEL
40	NPT2B32	HONDA	XRE 300	2012	GASOLINA
41	QFH7350	YAMAHA	TENERE	2014	GASOLINA
42	OGF1H73	NISSAN	FRONTIER	2015	DIESEL
43	OGF1F23	NISSAN	FRONTIER	2015	DIESEL
44	JKK5F68	CHEVROLET	S10	2013	DIESEL
45	NQK0896	FIAT	DUCATO	2010	DIESEL
46	JKO8B21	MITSUBISHI	L200 4X4	2013	DIESEL
47	OGF1H93	NISSAN	FRONTIER	2015	DIESEL
48	SGZ1J70	FIAT	CRONOS	2024	GASOLINA
49	REO8D12	MITSUBISHI	L200 4X4	2021	DIESEL
50	JKK8H68	RENAULT	FLUENCE	2013	GASOLINA
51	MNE0862	NISSAN	FRONTIER	2005	DIESEL
52	PBG5F54	FORD	RANGER	2017	DIESEL
53	OFD7E59	YAMAHA	LANDER	2011	GASOLINA
54	OGD7I25	RENAULT	SANDERO	2013	GASOLINA

ANEXO II
MÉDIA DE CONSUMO DE PEÇAS E SERVIÇOS - CONTRATO Nº 0055/2018/SESDS
FROTA SESDS + FROTA PCPB

ESTIMATIVA DE INVESTIMENTOS NO PERÍODO DE 2022 A 2024 BASE DE CÁLCULO CONTRATO Nº 0055/2018				
ANO 2022				
ITEM	SESDS + PCPB		SESDS - 40%	
	ANUAL	MENSAL	ANUAL	MENSAL
PEÇAS	R\$ 954.351,53	R\$ 79.529,29	R\$ 381.740,61	R\$ 31.811,72
SERVIÇOS	R\$ 741.492,53	R\$ 61.791,04	R\$ 296.597,01	R\$ 24.716,42
TOTAL 2022	R\$ 1.695.844,06	R\$ 141.320,34	R\$ 678.337,62	R\$ 56.528,14
ANO 2023				
ITEM	SESDS + PCPB		SESDS - 40%	
	ANUAL	MENSAL	ANUAL	MENSAL
PEÇAS	R\$ 1.019.728,44	R\$ 84.977,37	R\$ 407.891,38	R\$ 33.990,95
SERVIÇOS	R\$ 742.010,81	R\$ 61.834,23	R\$ 296.804,32	R\$ 24.733,69
TOTAL 2023	R\$ 1.761.739,25	R\$ 146.811,60	R\$ 704.695,70	R\$ 58.724,64
ANO 2024				
ITEM	SESDS + PCPB		SESDS - 40%	
	ANUAL	MENSAL	ANUAL	MENSAL
PEÇAS	R\$ 1.007.962,45	R\$ 83.996,87	R\$ 403.184,98	R\$ 33.598,75
SERVIÇOS	R\$ 712.033,06	R\$ 59.336,09	R\$ 284.813,22	R\$ 23.734,44
TOTAL 2024	R\$ 1.719.995,51	R\$ 143.332,96	R\$ 687.998,20	R\$ 57.333,18

ITEM	SESDS + PCPB		SESDS - 40%	
	ANUAL	MENSAL	ANUAL	MENSAL
MÉDIA PEÇAS	R\$ 994.014,14	R\$ 82.834,51	R\$ 397.605,66	R\$ 33.133,80
MÉDIA SERVIÇOS	R\$ 731.845,47	R\$ 60.987,12	R\$ 292.738,19	R\$ 24.394,85
MÉDIA TOTAL ANUAL	R\$ 1.725.859,61	R\$ 143.821,63	R\$ 690.343,84	R\$ 57.528,65

Legenda:

I - No âmbito do contrato nº 0055/2018 que possuía veículos pertencentes à SESDS e PCPB, o quantitativo de veículos pertencentes à SESDS é de 54 veículos, que corresponde a aproximadamente 40% do total do contrato, conforme listagem enviada da Gerência de Transportes da SESDS/PB, de acordo com despacho no processo.

Considerando a inflação dos últimos 3(três) anos e calculando a média:

IPCA	2022	2023	2024
(TOTAL ACUMULADO POR ANO)	5,78%	4,62%	4,83%
MÉDIA CALCULADA DO IPCA			5,08%

Logo:

VALOR MÉDIO COM IPCA APLICADO			
DESCRIÇÃO	ANUAL		MENSAL
VALOR ESTIMADO PEÇAS (50%)	R\$	362.695,15	R\$ 30.224,60
VALOR ESTIMADO SERVIÇO (42%)	R\$	304.663,93	R\$ 25.388,66
VALOR ESTIMADO REBOQUE (8%)	R\$	58.031,22	R\$ 4.835,94
MÉDIA TOTAL ANUAL	R\$	725.390,30	R\$ 60.449,19

Legenda:

I - A estimativa de valor para nova contratação, leva em conta a base de cálculo constante do atual contrato, tendo como referência a média dos últimos três anos. Destaca-se que, os valores comerciais de peças e serviços também devem ser levados em consideração, tais valores de referência sofrem alterações com base no Índice de Preços para o Consumidor Amplo - IPCA dos últimos três anos.

II - A média apresentada acima resultou em 5,08% e reflete diretamente no Valor Médio Estimado, cujo acréscimo com a inserção do valor do IPCA resulta na importância estimada de **R\$725.390,30 (Setecentos e vinte e cinco mil, trezentos e noventa reais e trinta centavos)**, adequado a realidade atual da SESDS e serve de base para estimar os serviços e peças a serem contratados, considerados globalmente e em percentuais estimados de 50,00% destinado ao fornecimento de peças, 42,00% ao fornecimento de serviços e 8% para o serviço de reboque. Enfatiza-se que esses percentuais estão sujeitos a variações mensais devido a demanda.

VALOR ESTIMADO PARA O PREÇO DO KM/RODADO DO SERVIÇO DE REBOQUE

A estimativa de valor do serviço de reboque foi realizada de forma específica, a partir de pesquisa em fontes oficiais, tais como: Portal de Compras Públicas, Compras.gov.br e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). A média obtida, considerando o preço por quilômetro rodado, foi de **R\$ 9,87 (nove reais e oitenta e sete centavos)**, conforme quadro comparativo:

ÓRGÃO	FONTE	VALOR FINAL (km/rodado)	VALOR MÉDIO ESTIMADO (km/rodado)
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO_E AGRICULTURA FAMILIAR Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Superintendência Regional na Bahia	Compras.gov.br	R\$ 9,92	R\$ 9,87
MUNICIPIO DE MAFRA / 1 - Prefeitura Municipal de Mafra	Portal Nacional de Contratações Públicas	R\$ 9,70	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES	Portal de Compras Públicas	R\$ 10,00	

Legenda:

I - O valor estimado de R\$ 58.031,22 (cinquenta e oito mil, trinta e um reais e vinte e dois centavos), correspondente a 8% do valor total, representa uma previsão realista e prudencial para a eventual necessidade de acionamento de reboque, considerando a natureza pontual do serviço e o perfil da frota da SESDS, que abrange deslocamentos em todo o território estadual e, eventualmente, nacional.

II- Considerando que o critério de julgamento será o maior desconto percentual sobre os preços unitários estimados, o valor do quilômetro rodado para o serviço de reboque (R\$ 9,87) será utilizado como referência para aplicação de desconto competitivo pelas licitantes, preservando a vantajosidade da proposta mais eficiente à Administração.

ANEXO III**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE GRAU DE PARENTESCO E INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO**

A empresa xxxxxxxxxxxx sob CNPJ n º xxxxxxxxxxxx sediada no seguinte endereço: Rua xxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxx, xxx, xxx/PB, por intermédio de seu representante legal xxxxxxxxxxxx inscrito no CPF: xxxxxxxxxxxx. DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), **QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário-Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Local e data

Representante da empresa
(nome da empresa)

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Celular:

E-mail:

Dados bancários (banco/agência/conta corrente):

Conforme Edital Pregão Eletrônico n.º xxxxx/xxxx, apresentamos proposta de preços para a contratação de empresa especializada para, sob demanda, prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva veicular e serviços de reboque, contemplando o fornecimento de peças, acessórios e toda a mão de obra necessária a execução do serviço contratado, nos veículos patrimoniais desta SESDS, na capital do Estado da Paraíba, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital.

LOTE ÚNICO – JOÃO PESSOA/PB

ITEM	SERVIÇO	QUANT.	PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE VALOR DO SERVIÇO (%)	PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE PEÇAS (%)
01	CONTRATAÇÃO de empresa (multimarca) para realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos leves E/OU pesados, incluindo fornecimento de peças e acessórios originais do fabricante do veículo, conforme detalhamento em Termo de referência anexo	1,00		

ITEM	SERVIÇO	QUANT.	VALOR ESTIMADO POR Km (R\$)	PERCENTUAL DE DESCONTO (%)	VALOR FINAL DEDUZIDO O DESCONTO (R\$)
02	SERVIÇO de reboque de veículos patrimoniais e apreendidos com cobrança por quilômetro rodado	1,00	9,87		

- 1) Declaramos que na proposta estão inclusas todas as despesas e custos, tais como: transportes, encargos, tributos de qualquer

natureza, despesas diretas ou indiretas relacionadas com o objeto da presente licitação.

- 2) Prazo de validade da proposta: **XX (XXXXXXXXXXXX) dias corridos**, a contar da data da sua apresentação.
- 3) Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

Local e data

Nome, função e assinatura do representante legal

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

Processo nº SDS-PRC-
2025/00656 Processo nº
26.000.00656.2025 Pregão
Eletrônico nº 013/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS Nº
XXXX/SESDS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SECRETARIA
DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA
SOCIAL E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.

A **SECRETARIA DE SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL**,
inscrição CNPJ n.º 08.730.095/0001-00, com sede na Av.
Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I, nesta capital, neste
ato representada pelo **Exmo. Sr. Secretário de Estado da
Segurança e da Defesa Social, JEAN FRANCISCO
BEZERRA NUNES**, conforme atribuições que lhe foram
delegadas pelo Ato Governamental nº 0051, de 02 de
janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado
em 03/01/2019, doravante denominado simplesmente
CONTRATANTE, e a
empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante
denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ sob o nº
XXXXXXXXXXXXXX, com sede XXXXXXXXXXXX, Tel.: (XX)
XXXX-XXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXX, representado por
XXXXXXXXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXX e do
CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, conforme poderes conferidos
pelo contrato social, na qualidade de Diretor, tendo em vista
o que consta no **Processo nº SDS-PRC-2025/00656** e
em observância às disposições da Lei nº 14.133, resolvem
celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do
Pregão Eletrônico nº 13/2025 da Secretaria da Segurança
e da Defesa Social da Paraíba, mediante as cláusulas e
condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada, para os serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULAR E SERVIÇO DE REBOQUE**, para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social - SESDS, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1. 1.2. Objeto da contratação:

1.1.2. **LOTE 1- JOÃO PESSOA/PB - (SESDS/COGER/OG/CICC-JP/1 DISP-JP)**

Código	Descrição dos Serviços	Unidade	Qtd.
93789	CONTRATAÇÃO de empresa (multimarca) para realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos leves E/OU pesados, incluindo fornecimento de peças e acessórios originais do fabricante do veículo, conforme detalhamento em Termo de referência anexo	un	01
104919	SERVIÇO de reboque de veículos patrimoniais e apreendidos com cobrança por quilômetro rodado.	un	01

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. A Autorização para Contratação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da Contratação será de 5 (cinco) anos, a partir da data da sua publicação no

PNCP, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração máxima a 10 (dez) anos, conforme disposto no art. 106 c/c 107 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual consta no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será permitida a subcontratação conforme o Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXXX

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 37.693, de 2017.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

5.3. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, à exceção de empresas

matriz e filial (item 5.1.2, in fine), serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto).

5.3.1. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome da SECRETARIA DE SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL, inscrição CNPJ n.º 08.730.095/0001-00.

5.3.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

5.3.3. Prova de Regularidade junto à Fazenda Nacional (Débitos e Tributos Federais), à Dívida Ativa da União e junto à Seguridade Social (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa, ou Positiva com Efeito de Negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

5.3.4. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

5.3.5. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Estadual;

5.3.6. Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

5.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.1. Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012;

5.4.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

5.4.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Fica assegurado a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro através do reajuste, aplicando-se o índice geral de preços ao consumidor - IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, contada da data limite para a apresentação das propostas e demais exigências contidas no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, o Termo de Referência e sua proposta;

7.1.2. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, de acordo com as determinações deste instrumento, bem como do Termo de Referência;

7.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

7.1.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma estabelecida neste instrumento;

7.1.6. Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada;

7.1.8. Verificar os percentuais das rubricas a que se refere o art. 2º da Lei Estadual nº 10.725, de 2016, acompanhar, controlar, conferir os cálculos efetuados, confirmar os valores e a documentação apresentada e demais verificações pertinentes;

7.1.9. Efetuar as solicitações de abertura e movimentação da conta- depósito vinculada, bloqueada para movimentação, a que se refere a Lei Estadual nº 10.725, de 2016;

7.1.10. Receber provisoriamente o serviço, disponibilizando local, data e horário;

7.1.11. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

7.1.12. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

7.1.13. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI)

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto

e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal contando detalhadamente as indicações dos serviços prestados e prazo de garantia;

8.1.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.1.3. Substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 dias, o serviço com avarias ou danos;

8.1.1.4 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

8.1.1.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

8.1.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso e/ou insalubre;

8.1.1.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades

que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11 . O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. A CONTRATADA que, no decorrer da contratação, cometer qualquer das infrações previstas no art. 155, da Lei nº 14.133 de 2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 do mesmo dispositivo legal, quais sejam:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa;

10.1.3. Impedimento de licitar e contratar em até 3 (três) anos;

10.1.4. Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar.

10.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições no Art. 157 e no Art.158, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade para licitar/contratar será decidida em sede de processo administrativo de responsabilização (“PAR”), instaurado e conduzido por uma Comissão composta por, no mínimo, 2 servidores estáveis ou empregados públicos do cargo permanente com, no mínimo, 3 anos de serviço, preferencialmente, dentro do órgão ou entidade;

10.4.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

10.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.6. Nos termos art. 159, da Lei 14.133/2021, os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei;

10.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato e a aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei, conforme previsto no art. 162 e parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

10.8. Em observância ao art. 163 e parágrafo único, será admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

10.8.1. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

10.8.2. Pagamento da multa;

10.8.3. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 2 (dois) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

10.8.4. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

10.8.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo;

10.9. As penalidades previstas nos subitens 13.1.1 a 13.1.4. importarão na inclusão da contratada no Cadastro de

Fornecedores Impedidos de licitar e Contratar com o Estado da Paraíba-CAFIL/PB.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para

alteração subjetiva.

11.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária: 26101 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

Programa: 5046

Projeto/Atividade: 4212/4209

Natureza da Despesa: 339030/339039

Fonte de Recursos: 500

Número da Reserva: 140 / 141_2026

12.2.A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3.As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

16.1.A fiscalização da execução do objeto será efetuada, na forma estabelecida no Termo de Referência, pelo Gestor e Fiscal do contrato, especialmente designados pela Portaria nº xxxxx, da Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social – SESDS, de xx de xx de xxxx.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. O foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da **Comarca de João Pessoa**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

João Pessoa-PB, datado e assinado digitalmente.

JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES
Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social CONTRATANTE

XX
XX CONTRATANTE